

**ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DOS ANIMAIS – COMITÊ PRÓ-ANIMAIS**

1 Aos vinte e quatro dias do mês de junho de dois mil e vinte, às 08h, a **Secretaria**  
2 **Executiva do Comitê Cinthia Barbosa Pires Azevedo** deu bom dia aos conselheiros  
3 e convidados, e deu início a 7ª reunião virtual do Comitê Pró-Animais onde ali estiveram  
4 participando: **Dorival Barbosa da Silva** e **Glauciene Gonçalves da Silva Ferreira**  
5 (Batalhão da Polícia Militar Ambiental - BPMA), **Renata Elisa de Souza Esteves**  
6 (Comissão da Defesa dos Animais da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB), **Fabírcia**  
7 **Neli Johann Martins** (Secretaria da Educação, Juventude e Esportes - SEDUC), **Cinthia**  
8 **Barbosa Pires Azevedo** (Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos –  
9 SEMARH), **Iza Alencar Sampaio de Oliveira** (Secretaria de Estado da Saúde - SES),  
10 **Joseanne Cademartori Lins** (CRMV) e **Camille Fane Oliveira Lima Bilharinho**  
11 (Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP). Apresentação da Pauta: **I**) Abertura  
12 da reunião; **II**) Posse dos novos conselheiros; **III**. Aprovação da Ata da 6ª RO do Comitê  
13 Pró-Animais (**SGD: 2020/39009/927**); **IV**. Leitura do expediente e da ordem do dia; **V**.  
14 Encaminhamento à Mesa, pedido por escrito de: **a**) inversão de pauta; **b**) retirada de  
15 matérias; **c**) requerimento de urgência; **d**) propostas de moção e de recomendação; **VI**.  
16 Discussão e deliberações das matérias da ordem do dia: **a**) Elaboração do Plano de Ação  
17 para o biênio 2020/2022; **VII**. Informes da Secretaria Executiva; **VIII**. Tribuna livre; **IV**.  
18 Encerramento. **Cinthia** (SEMARH) inicia os itens da pauta dando posse aos novos  
19 conselheiros. **Jamila** (SEMARH) informa que o secretário Renato Jayme iria participar  
20 da reunião, mas foi convocado para o lançamento de um programa de governo a respeito  
21 da fiscalização do NATURATINS com o uso de drones com a participação de todos os  
22 secretários, com sua ausência, a **Cinthia** (Secretária Executiva) está dando a posse aos  
23 novos conselheiros presentes e iremos enviar o termo de posse no e-mail dos que estão  
24 presente e que irão executar a segunda gestão do Comitê Pró-Animais e informa que  
25 também foi enviada por e-mail a Ata da 6ª RO do Comitê Pró-Animais e pergunta aos  
26 conselheiros se tem alguma alteração para ser feita ou alguma sugestão que alguém  
27 queira fazer na Ata ou se já podemos colocá-la em votação. Nenhum conselheiro  
28 questionou e então a Ata foi colocada em votação. Com uma abstenção, a Ata foi  
29 aprovada pela maioria dos conselheiros presentes. E seguem para a próxima pauta,  
30 alteração no Plano de Trabalho, **Jamila** (SEMARH) pergunta se os membros estão com  
31 o arquivo que a Ana Lúcia enviou com as proposições e compartilha na tela o Plano de  
32 Ação para **Cinthia** (Secretária Executiva) ir conduzindo e ela ir fazendo as alterações.  
33 **Jamila** (SEMARH) informa que esse Plano de Ações foi construído a 2 nos anos atrás  
34 com o auxílio da SEAGRO, eles tinham um contrato com o SEBRAE e a consultora  
35 realizou algumas reuniões com o Comitê e foi feito para 2 anos e a Ana Lúcia fez uma  
36 série de sugestões e como estamos começando uma gestão nova, vamos mostrar como  
37 está e vamos incorporar com a participação de todos e sugestões a alterações do  
38 planejamento para o próximo biênio, a logo do Comitê ainda está antiga, depois eu vou  
39 solicitar a nova e fazer a alteração. **Cinthia** (SEMARH) inicia a leitura do plano de ações  
40 e informa que também irão tirar o logo do SEBRAE e fazer uma nova reformulação  
41 obviamente baseada no modelo que eles fizeram com a gente. **Jamila** (SEMARH)  
42 pergunta se pode alterar o biênio do plano e **Cinthia** (SEMARH) concorda, o nome  
43 também foi alterado para Plano de Trabalho do Comitê. Sobre a modelagem da proposta  
44 de trabalho **Cinthia** (SEMARH) pergunta quais são as sugestões dos membros. **Fabírcia**  
45 (SEDUC) diz que sentiu falta de metas e resultados, geralmente quando colocamos ação  
46 e atividade a gente já coloca o que espera e o resultado prático. **Cinthia** (SEMARH)  
47 informa que logo abaixo no plano algumas outras opções, mas **Fabírcia** (SEDUC) diz  
48 que não é isso, é a gente estabelecer metas, citar o produto e o resultado, para sermos

49 mais práticos e saber exatamente o que a gente tem como produto da ação, um ato de  
50 indicador. **Jamila** (SEMARH) informa que não consegue fazer essa alteração na tela  
51 pois ela foi gerada em Canvas, mas abaixo eu consigo fazer umas colunas com indicador  
52 e produto. **Fabricia** (SEDUC) pode ser sim, independente do lugar eu acho até  
53 importante a gente ter esse marco. **Jamila** (SEMARH) a gente vai colocar meta e produto  
54 entregue. **Fabricia** (SEDUC) isso, a meta vai definir quantidade e produto é o resultado  
55 de entrega. **Jamila** (SEMARH) faz a leitura do Plano de Trabalho e **Cinthia** (SEMARH)  
56 sugere acrescentar no item participantes os órgãos dos convidados que também  
57 participaram contribuindo **Jamila** (SEMARH) fica na dúvida e diz achar que o CCZ não  
58 entrou no decreto porque ele era regional. **Iza** (SES) com relação ao CCZ só tem 6 no  
59 Estado e ele é municipal, é Colinas, Guaraí, Araguaína, Palmas, Porto Nacional e Gurupi  
60 e hoje é UVZ, que é Unidade de Vigilância de Zoonoses, mas eu não sei se é para a  
61 população geral. **Jamila** (SEMARH) pergunta se Ana Lúcia (ADAPEC) tem algo para  
62 inserir de sugestão no item 3 referentes aos impactos. **Ana Lúcia** (ADAPEC) acha que  
63 para uma próxima reunião a gente convidar algum membro do Ministério Público para  
64 estar nos ajudando também nessa luta, na próxima reunião a gente pode colocar como  
65 pauta por que eu não inseri nessa que eu enviei para vocês, foi até um erro meu, eu  
66 pensei mas esqueci de colocar **Cinthia** (SEMARH) avisa que ela inseriu sim e faz a  
67 leitura. **Ana Lúcia** (ADAPEC) se desculpa e avisa que havia esquecido, mas acha  
68 importante chamar um membro do Ministério Público porque na última *live* que eu assisti  
69 o Promotor do Meio Ambiente que cuidava daqui está atuando na parte criminal de  
70 Araguaína então eu não sei se estamos com algum Promotor do Meio Ambiente aqui pra  
71 poder nos ajudar e eu acho que se a gente engajar a promotoria vai ficar mais fácil pra  
72 gente ter acesso também, essa foi uma das ideias que eu queria passar pra vocês pra  
73 ver se vocês aprovam. **Jamila** (SEMARH) ontem nós tivemos reunião de um outro  
74 conselho no qual temos 2 promotores ambientais, são da região do Araguaia e da região  
75 do Tocantins, Dr. Brandes e Dr. Vilmar, eles são muito engajados, eu não sei se foi algum  
76 deles que participou dessa *live*. **Ana Lúcia** (ADAPEC) foi um promotor de Araguaína que  
77 já trabalhou aqui em Palmas eu esqueci o nome dele. **Jamila** (SEMARH) eu já fiz a  
78 anotação aqui e quando terminar a reunião a gente faz um ofício, porque como já temos  
79 um calendário, a gente envia o calendário e verifica a possibilidade de participação. **Ana**  
80 **Lúcia** (ADAPEC) fica de ajudar a formular o texto para o convite. **Jamila** (SEMARH)  
81 pergunta se alguém sugere mais alguma estratégica para o item 4. **Fabricia** (SEDUC)  
82 gostaria de lembrar que não estamos fazendo atividades nas escolas, em todos os  
83 conselhos que a SEDUC está, a gente está lembrando da situação de pandemia, da  
84 possibilidade de nós não termos o espaço por causa das recomendações de saúde,  
85 estamos transformando essas palestras em aulas on-line de trabalho não presencial e  
86 outras atividades como *lives*, e essa palestras a gente tem que rever por que por mais  
87 que a gente saiba que um dia vai voltar, a gente sabe que nunca mais será como antes,  
88 nós temos que nos adaptar a essa realidade de aprender fazer novamente, então eu  
89 sugeria colocar *lives*, atividades educativas não presenciais, algo assim. **Cinthia**  
90 (SEMARH) informa que nas sugestões que a Ana Lúcia (ADAPEC) fez, ela citou as  
91 parceiras com as universidades e a Renata (OAB) colocou no *chat* que nestas  
92 estratégias, acredita que seria importante mencionar a tentativa de parceria com as  
93 universidades, tal como sugeriu a Ana Lúcia (ADAPEC) e informa que essa parceria já  
94 tentaram fazer, já surtiu efeito em algumas situações, mas não 100%. **Fabricia** (SEDUC)  
95 o nosso conselho CRMV tem uma parceria muito grande com as universidades então, a  
96 Jose sabe dizer até melhor, a gente tem feito muita coisa com as universidades.  
97 **Joseanne** (CRMV/TO) nós temos várias parcerias com todas as universidades para o  
98 Tocantins e eles tem se mostrado muito atentos, muito voltados para as ações, eu acho  
99 que não há problema nenhum e esse contato acho que até poderia ser via CRMV, até

100 porque nós formamos agora uma comissão do bem estar animal, então essa própria  
101 comissão poderia propor ao CRMV esse contato mais direto o CRMV já tem com as  
102 universidades para eles virem agregar, somar conosco aqui nesse comitê. Eu acho  
103 importantíssimo a parte das universidades fazerem parte, então podemos fazer via  
104 comissão, para transformar a comissão do bem estar animal eu acho que facilitaria, mas  
105 o CRMV pode fazer esse contato também sem problema nenhum aí vocês verem como  
106 querem fazer, a melhor forma. **Fabília** (SEDUC) eu coloquei lá no *chat*, como os outros  
107 conselheiros eu acho que a gente pode ver a elaboração de uma nota técnica porque  
108 uma nota técnica a gente tem o instrumento do próprio conselho como ele tem autonomia  
109 pra isso fazer uma nota técnica e em cima dela encaminhar a todas universidades e  
110 todos de vinculo porque o conselho tem autonomia pra isso e ele pode sugerir até outras  
111 propostas como inclusão dessa temática, conteúdos programáticos, eventos extra  
112 curriculares, programas de extensão, podemos usar essas 3 áreas em uma nota técnica  
113 que seria o produto dessa ação, a nota técnica do conselho e citar que todas as  
114 universidades façam isso e a gente recomenda e coloca o número da lei que embasa as  
115 nossas ponderações e a partir dela você pode marcar reuniões, chamar pessoas para  
116 estarem nas reuniões, reitores, pró reitores de extensão e aqui no conselho a gente fazer  
117 um encaminhamento da nota técnica porque ela é pra isso, seria uma forma do conselho  
118 ser um pouco mais firme do que só uma articulação entre entes. **Ana Lúcia** (ADAPEC)  
119 é perfeito, eu acho que seria até porque o comitê tem autonomia pra isso então essa  
120 nota técnica eu acho que seria cabível, se todos concordarem, uma ótima sugestão.  
121 **Cinthia** (SEMARH) pergunta a Joseanne se eles do CRMV como membros do nosso  
122 conselho, se é necessário solicitar por ofício essa participação dessa comissão para que  
123 sejam feitas essas ações. **Joseanne** (CRMV/TO) não é necessário até porque CRMV  
124 vai estar a par, mas eu digo com relação as universidades, os cursos de medicina  
125 veterinária especificamente onde está vinculado nosso conselho, essa nota técnica que  
126 a Fabília mencionou, já seria diretamente para as universidades. **Cinthia** (SEMARH)  
127 então seria uma demanda do CRMV dentro do Comitê, correto? **Joseanne** (CRMV/TO)  
128 sim, ou do próprio Comitê. **Fabília** (SEDUC) a nota técnica não é demandada, ela é do  
129 Comitê para as universidades, seria uma ação nossa, dentro do nosso plano de trabalho  
130 a elaboração da nota técnica, o envio às universidades, aos reitores, pró-reitores que  
131 trabalham com medicina veterinária e com uma ação complementar chama-los para  
132 dentro do Comitê. **Cinthia** (SEMARH) então a gente coloca dentro das estratégias essa  
133 questão da nota técnica. **Jamila** (SEMARH) eu acho que é na tabela, porque aqui já  
134 colocamos a parceria com outros órgãos e instituições, a nota técnica é para fomentar  
135 isso, lá em baixo seria uma meta e um produto entregue. **Cinthia** (SEMARH) perfeito.  
136 **Jamila** (SEMARH) sobre os canais que serão utilizados acho que aqui entraria as notas  
137 técnicas. **Cinthia** (SEMARH) eu acho que tem que tirar essa criação de redes sociais  
138 por que isso já foi discutido dentro do comitê e a Thuanny (ASCOM/SEMARH) explicou  
139 que a SECOM instruiu que não pode criar rede social com emblema do Estado e no caso  
140 o Comitê está dentro dos órgãos do Estado, então não pode ser criado. **Fabília**  
141 (SEDUC) e na campanha educativa a gente colocar a questão das ações educativas ou  
142 colocar na web campanha. **Jamila** (SEMARH) a gente já citou lá em cima, então o canal  
143 aqui vai ser web campanha né. **Fabília** (SEDUC) ou ações educativas e abre um leque  
144 pra gente fazer essas novas ações, a palavra campanha sempre é confundida com algo  
145 publicitário e as ações educativas que a gente está propondo é um formato de aulas não  
146 presenciais, seria mais focado. **Jamila** (SEMARH) no item 6 sobre atividades de  
147 engajamento não colocamos nada, então como a gente está dizendo das web  
148 campanhas a gente poderia colocar aqui como faríamos. **Cinthia** (SEMARH) sim,  
149 poderia ser campanha de alguns assuntos relevantes dentro do Comitê como por  
150 exemplo a castração, no caso já entra como controle populacional acho que seria

151 interessante, e colocar trimestral para que a gente possa ter tempo pra trabalhar o  
152 assunto, por exemplo, lança em janeiro aí fica uns 3 meses trabalhando com isso e aí  
153 depois lança uma nova história, é a minha sugestão no caso. **Jamila** (SEMARH) quer  
154 elencar algum tipo de campanha ou só colocar campanhas trimestrais? Campanha será  
155 que não é atividade? Porque a gente pode ter *web* aulas também né, as atividades  
156 educativas. **Iza** (SES) informa que a Ana da ADAPEC está sugerindo na proposta de  
157 ação dela colocar uma ação de combate a maus tratos, a gente pode colocar como  
158 atividade anual. **Cinthia** (SEMARH) essa é interessante, eu gostei demais dessa  
159 proposta dela, ela também sugeriu que fosse instituído o Selo Empresa Amiga dos  
160 Animais, onde as empresas poderão colaborar junto com a causa animal, eu acho  
161 interessante isso. **Fabricia** (SEDUC) Cinthia, pra receber doação você teria que criar um  
162 instrumento jurídico, um Fundo. **Cinthia** (SEMARH) eu acredito que a gente possa  
163 reformular isso, não seria dinheiro, no caso, ração, não conheço os instrumentos  
164 jurídicos para isso, mas tipo um voucher de 10 castrações no ano na veterinária tal, mais  
165 ou menos isso, seria uma forma da empresa apoiar. **Jamila** (SEMARH) eu acho que  
166 seria um termo de parceria, porque você vai estruturar essas ações trimestrais, então  
167 vamos dizer que de 3 em 3 meses vai ser feita uma campanha de castração que as  
168 empresas amigas podem financiar o voucher e pode ser inclusa a ração, pode ser vacina,  
169 pode ser remédio, é doação do bem. **Cinthia** (SEMARH) só temos que consultar a parte  
170 jurídica o que é permitido e o que não é permitido, temos que nos assegurar nessa  
171 situação. **Fabricia** (SEDUC) é assim, você vai receber esses vouchers, a distribuição  
172 dele tem que ser transparente, justa e voluntária, não pode ser uma decisão de uma  
173 entidade então cria-se aí uma demanda e as vezes até um edital então tem que olhar no  
174 jurídico direito, porque mesmo sendo produto são doações, então seria bom consultar o  
175 jurídico qual seria melhor a estratégia, se é um edital público ou como uma atividade  
176 regular aí todo ano renovar e fazer o sorteio entre as entidades que receberão os  
177 vouchers ou as pessoas, como elas teriam acesso aos vouchers assegurando o princípio  
178 da legalidade e de oferecer pra quem precisa mais, vale a pena a gente investir, fazer  
179 essa documentação porque a gente faz uma vez só uma consulta só e depois a gente  
180 pode ver como renovar isso e fortalecer a ação. **Cinthia** (SEMARH) eu acredito que uma  
181 empresa com o Selo Amigo dos Animais seria interessante pra elas, então acho que  
182 existiria uma demanda qualificada pra isso e no caso ver com Ademir da OAB, a Renata  
183 da OAB que entrou agora nós temos um jurídico bom dentro do nosso Comitê que pode  
184 estar verificando essa possibilidade, dessa criação desse selo amigo nas empresas.  
185 **Ana Lúcia** (ADAPEC) inclusive eu até coloquei nas minhas sugestões instituir o Selo da  
186 Empresa Amiga dos Animais. **Cinthia** (SEMARH) é sobre isso que estamos falando. **Ana**  
187 **Lúcia** (ADAPEC) desculpa, eu precisei sair. **Cinthia** (SEMARH) como a Ana saiu ela  
188 explica novamente. **Joseanne** (CRMV/T) na realidade isso ai já está ocorrendo mas de  
189 uma forma voluntária, sem organização então é isso que está faltando, as pessoas  
190 querem ajudar, só que alguém tem que puxar essa bandeira, o Comitê precisa puxar  
191 essa bandeira, isso já é uma coisa natural, as pessoas quererem auxiliar, mas tem que  
192 haver uma coordenação, a pauta da Ana é quase que uma pauta completa se nós  
193 seguirmos, a gente vai estar fazendo muita coisa, só que precisa ter data pra isso, a  
194 curto prazo, a médio prazo isso não funciona, precisamos de datas para as coisas  
195 funcionarem efetivamente, aqui no nosso plano não tem data eu vejo isso como uma  
196 falha, por que os prazos temos que ter, tem que ter prazo pra isso acontecer. **Angélica**  
197 **Beatriz** (CRBIO-4) eu tenho uma dúvida sobre o plano que está sendo discutido porque  
198 nós apesar de termos recebido o convite pra essa reunião, nós não recebemos esse  
199 plano então eu creio que por não sermos ainda membros do Comitê não foi passado pra  
200 gente ainda essa tarefa de contribuir com esse plano eu queria compreender apenas se  
201 vocês estão trabalhando nesse plano para o período do mandato dessa gestão que é de

202 2020 a 2022 ou se esse plano é algo pontual que vocês estão propondo algo para um  
203 prazo que não seja da gestão, só pra entender um pouco da discussão de vocês. **Cinthia**  
204 (SEMARH) esse plano foi criado para 2018/2019 e nós estamos atualizando pra  
205 2020/2021 vamos empenhar para fazer o máximo do que estiver nesse plano nessa nova  
206 gestão com os novos conselheiros. **Angélica Beatriz** (CRBIO-4) a minha dúvida é  
207 exatamente porque quando eu ouço vocês discutindo algumas atividades e algumas  
208 proposições me parece que tem necessidade realmente de ter uma visão de qual é o  
209 prazo porque se a gente está falando de estratégias e se essa estratégia é para até o  
210 final do mandato então a gente fica até mais confortável pra propor ações que não são  
211 pra ser realizadas imediatamente mas que são atividades pra ser construída e aí assim,  
212 definir prazos, metas, tudo isso deveria passar pelo plano também pensando nesse  
213 prazo de execução, como por exemplo alguns pontos que vocês já comentaram no início  
214 quando a Cinthia falou sobre a parceria com universidade, então isso é estratégia,  
215 significa que a pessoa vai fazer isso amanhã mas é uma estratégia que o plano está  
216 prevendo para esse mandato fazer essas iniciativas que vocês começaram a discutir  
217 agora nessas relações com a empresa, essa busca por apoio, enfim, isso são estratégias  
218 então são coisas que dá pra você fazer uma previsão porque é uma estratégia, quando  
219 você for afunilar para um nível de atividades ou de tarefas e colocar prazos e datas,  
220 mesmo que seja por dois anos, eu fiz esse questionamento porque realmente eu gostaria  
221 de compreender qual o pensamento temporal de vocês dentro desse planejamento  
222 porque dá pra fazer coisa diferente dimensionando se é para esses dois anos ou se é  
223 pra logo, para o primeiro ano. **Cinthia** (SEMARH) eu entendi o seu questionamento, a  
224 Fabrícia sugeriu que nós colocássemos metas e resultados alcançados, aí coloca a  
225 questão do prazo porque lá a gente estava especificando curto, médio e longo prazo e a  
226 gente pode acrescentar mais uma coluna. **Fabrícia** (SEDUC) eu concordo com a  
227 Angélica, eu acho que ao invés de colocar médio e curto prazo a gente colocar como  
228 outros planos, tipo 1º ano até os 6 meses, o 2ª ano de vigência do plano, a gente pode  
229 referenciar os prazos com o tempo dos 2 anos do biênio, quando a gente aprova o plano  
230 começa a contar os prazos aí a gente sabe o prazo que temos pra trabalhar até a entrega  
231 e eu sugeri também a gente ter sub grupos de trabalho, 3, 4 instituições que elaboram e  
232 trazem pra plenária, eu não sei se esse grupo tem câmaras, mas seria a ideia de 3, 4  
233 membros mais envolvidos montar um grupo aí traz a minuta, um rascunho da nota  
234 técnica, o pessoal do jurídico e de outra instituição trabalha e uma equipe trabalhando,  
235 senão a gente se perde com muitas ações e a gente não sabe qual desse grupo está  
236 produzindo e o risco da gente se perder na execução e chegar ao final do biênio e não  
237 ser produzido aumenta. **Jamila** (SEMARH) eu sugiro fechar a parte de recursos e  
238 quando entrar na parte de prazo a gente faz as alterações e pergunta a Angélica Beatriz  
239 se a dúvida dela foi resolvida. **Angélica Beatriz** (CRBIO-4) está respondido, eu acho  
240 que razoável sim, e essa proposição que a Fabrícia fez talvez de já pensar no que fazer  
241 em cada ano dentro desse prazo da gestão fica mais coerente e dá um tempo pra  
242 organizar para que o grupo priorize as ações e defina de que maneira vai alcançar essas  
243 metas. **Ana Lúcia** (ADAPEC) sobre os recursos necessários, com essas atividades não  
244 presenciais pois terá que ser web, sugere se a SEDUC tem a condição de elaborar esse  
245 material, mas nós temos Escola de Governo, ela poderia estar no dando essa ajuda.  
246 **Fabrícia** (SEDUC) aqui na SEDUC a gente tem a Unidade Técnica e temos condições  
247 de elaborar cartilhas, materiais, a gente tem uma gerência de tecnologia, de mídias  
248 educacionais, então quando eu propus é que a gente já sabia que eu conseguiria. **Jamila**  
249 (SEMARH) então a gente pode considerar recursos instrucionais, porque abrangeria  
250 tudo, a parte de construção, conteúdo, de tipo de material que vai ser usado, de mídia,  
251 ou seria outra tecnologia? **Fabrícia** (SEDUC) pode ser e pergunta se essa elaboração  
252 de projeto de arrecadação é de captação ou é da empresa Amiga? Seria projeto, edital?

253 **Jamila** (SEMARH) nós tínhamos uma proposta que foi pensada com o CRMV porque  
254 tem muitas empresas que disponibilizam recursos, mas você precisa elaborar um projeto  
255 e nós começamos a elaborar um roteiro com a ajuda dessas instituições pra gente ter  
256 um formato de projeto para que pudesse ir atrás desses recursos para serem executados  
257 através dos protetores no Estado, como por exemplo uma linha de crédito para evento  
258 cultural, existem pra área de proteção e cuidado dos animais, então tem fazer o registro  
259 desses eventos junto ao CRMV pra que ele possa manter a qualidade dentro das  
260 normas, a agente não conseguiu dar andamento com as protetoras, mas eu acho que a  
261 gente precisaria ter esse formato pra que a gente pudesse pleitear esses recursos pra  
262 proteção geral dentro do Estado. **Fabília** (SEDUC) então na atividade a gente tem que  
263 inserir atividade, apoio e suporte e ao invés do projeto a gente tem que escrever  
264 instrumento, o roteiro, manual, cartilha de apoio por que o recurso geralmente é bem  
265 preciso e na atividade também tem que incluir esse suporte e apoio, as instituições que  
266 vai captar recursos. **Cinthia** (SEMARH) então no caso ficaria elaboração de manual para  
267 captação de recursos através de editais. **Fabília** (SEDUC) apoio, porque o nosso  
268 comitê não está arrecadando, apoio na arrecadação porque nós só vamos dar o apoio  
269 nós não vamos arrecadar o dinheiro, então é um manual para participação em chamada  
270 pública ou em procedimento de captação de recurso, o que eu entendi é que nós vamos  
271 fazer esse manual, vamos ajudar os protetor a captar recursos para os seus projetos  
272 então a gente não capta. **Jamila** (SEMARH) então na atividade eu coloquei suporte e  
273 apoio as instituições que vão concorrer a editais. **Fabília** (SEDUC) perfeito, porque aí  
274 o comitê está dando o suporte. **Jamila** (SEMARH) aí vamos fazer elaboração de um  
275 manual para participação em chamadas públicas para apoio na arrecadação de  
276 recursos. **Fabília** (SEDUC) e na atividade acho que também temos que colocar  
277 publicação do manual de apoio a arrecadação de recursos. **Cinthia** (SEMARH) acho que  
278 está completo agora, nós também não podemos fazer um plano que a gente não consiga  
279 executar, tem que ser algo como ações pequenas que vão surtir algum efeito. **Ana Lúcia**  
280 (ADAPEC) a gente sabe que dentro de cada órgão existem as ações, as metas e dentro  
281 dessas ações e metas, algumas ações tem recursos, na SEMARH não tem condições  
282 de ter nenhum recurso para o Comitê? Isso já foi visto por vocês? **Cinthia** (SEMARH)  
283 não tem, não tem como. **Jamila** (SEMARH) nas ações temos as cores para diferenciá-  
284 las e quando a gente determinar os prazos a gente volta nas cores alteramos. **Cinthia**  
285 (SEMARH) eu concordo, poque lá na frente vamos alterar os prazos. **Fabília** (SEDUC)  
286 eu acho que nem precisa das cores, porque para cada atividade já vou colocar um prazo,  
287 mas se quiser deixar marcado só as coisas urgentes porque eu acho que foi usada essas  
288 cores para padronizar né. **Jamila** (SEMARH) foi porque nós fizemos uma divisão por  
289 categoria, nós temos ação institucional, ação para animais domésticos, animais de  
290 produção, animais de esporte, animais silvestres, animais de laboratório e como são  
291 ações e categorias diferentes a cor facilita a visualização e todas essas categorias tem  
292 tipos diferentes, então pra cada categoria eu vou ter ações acontecendo  
293 simultaneamente e fica mais fácil administrar a execução dessas ações, foi esse o intuito.  
294 **Cinthia** (SEMARH) inicia a leitura das ações do plano. Sobre o ofício encaminhado ao  
295 Poder Público Legislativo para autorização de formalização de convênios para captação  
296 de recursos federais, não obtivemos retorno. **Ana Lúcia** (ADAPEC) eu acho que essa  
297 ação tem que ser contínua, se não responderam, vamos insistir. **Angélica Beatriz**  
298 (CRBIO-4) talvez deveria colocar como uma meta para o primeiro ano, por exemplo,  
299 acho que não vale a pena deixar como contínuo porque fica sem um prazo para concluir,  
300 de repente o primeiro semestre do primeiro ano ou segundo semestre do primeiro ano  
301 pra meta ficar mais próxima de ser atingida. **Fabília** (SEDUC) se você já oficiou, a ação  
302 você já cumpriu, se a estratégia não deu certo, a gente tem que rever a estratégia, a  
303 gente sabe que se fez a primeira vez e não deu certo, a gente pode repetir a ação e vai

304 continuar dando o mesmo resultado, eu penso que nem toda captação de recurso precisa  
305 de autorização do legislativo e nós não estamos captando, nós estamos apenas  
306 apoiando, essa ação do Poder Público em autorizar geralmente são os órgãos  
307 financiadores quando eles fazem o edital de chamamento pra captação de recursos eles  
308 pedem ou não essa condição, aí a instituição que pleiteia, ela procura a assembleia, esse  
309 oficiar não compete ao nosso Comitê, porque aí evitamos reserviço, coloca as ações  
310 como do comitê pra gente poder não ficar com ações que podem ser feitas pela  
311 instituição que pleiteia sem o apoio do comitê, quem pleiteia faz o ofício, manda o projeto,  
312 manda a lei e a assembleia devolve, geralmente acontece assim. **Jamila** (SEMARH)  
313 aquela elaboração de plano seria a nível regional, eu me lembro que a Érika da SEAGRO  
314 e o Ademir disseram que para a Secretaria pleitear recurso federal para apoiar ações do  
315 comitê, a gente precisaria dessa autorização mas eu não lembro de detalhes pra te falar  
316 e eles não estão presentes, eu não sei se a Renata sabe alguma coisa sobre isso e hoje  
317 não temos ninguém da SEAGRO, são coisas distintas, aquilo que a gente colocou lá em  
318 cima pros protetores e esse seria recurso que nem vira emenda parlamentar pra comprar  
319 o castra móvel, as vezes existe recurso de instituições mas que o que são federais eu  
320 não sei como eles pensaram na época e a gente está pensando muito nos animais de  
321 pequeno porte, mas nas outras categorias que eu li pra vocês, vocês verão que são  
322 animais de outras atividades, então a gente tem que pensar como o todo disso. **Fabricia**  
323 (SEDUC) só estou falando porque isso não é do Comitê é a instituição proponente que  
324 o faz porque eles vão ser os responsáveis jurídicos e financeiro por essa captação  
325 porque talvez o comitê não tenha poder e talvez não esteja sobre a nossa resolutividade  
326 essa captação, a gente não é proponente, interveniente, a gente não é termo de  
327 cooperação técnica pra fazer isso, é só uma questão de legalidade, talvez um apoio do  
328 Comitê, saber distinguir, chamar as pessoas pra gente entender esse procedimento por  
329 que não podemos assumir o que não é do comitê, tudo que a gente colocar aqui é pra  
330 todos animais do Estado, porque a gente vai ter bastante ação pra poder ficar  
331 preocupado com uma ação que a SEAGRO captou. **Iza** (SES) é sobre o castra móveis  
332 alguns municípios que conseguiram, que eu saiba foi aprovado por emenda parlamentar  
333 e o castra móveis tem todos os custos de manter o profissional, de manter todos  
334 equipamentos e todos insumos necessários pra dar continuidade as ações, porque vocês  
335 falaram a questão de recurso, as UVZ elas não tem essa de ação de competência da  
336 gente a não ser a castração por um determinado período ou relevância, as atividades de  
337 zoonoses tem competência de estar fazendo ações de prevenção de zoonoses então  
338 tem que ver direito se em cada município os que adquiriram esse castra móveis não é  
339 recurso da saúde e com a manutenção desses serviços, sendo que as UVZ tem a  
340 atividade prevista mas principalmente relacionada ao controle de zoonoses. **Cinthia**  
341 (SEMARH) deu continuidade ao segundo item informando que ficou definido que a  
342 Solany da ONG ia dar andamento para os reagendamentos, para os novos membros  
343 que não sabem dessa situação, as castrações estavam sendo impedidas de fazer e  
344 acredito que podemos retirar isso aí porque na época teve um impasse mas acho que  
345 depois eles se reorganizaram. **Jamila** (SEMARH) não tem ninguém da ONG hoje, mas  
346 a Joseanne do CRMV está, você sabe como ficou? **Joseanne C. Lins** (CRMV/TO) houve  
347 reunião com a presidente e o Conselho orientou como deveria ser feito porque nós temos  
348 normas, regulamentos, e o que não estava ocorrendo era isso, eles não estavam  
349 obedecendo as normas que devem ser atendidas então foi passada todas essa  
350 orientação pra eles e os problemas foram sanados. **Cinthia** (SEMARH) no próximo item  
351 informa que na época, a Solany da ONG, eles conseguiram uma verba, uma emenda no  
352 caso, com a Cláudia Lélis e aí tinha a questão aqui da secretaria e todo um tramite legal  
353 que deu tudo certo, mas que a emenda não foi liberada ainda. **Fabricia** (SEDUC) só  
354 lembrando que com a mudança de exercício, as emendas parlamentares entram em um

355 processo de restos a pagar então a ONG tem que informar pra gente se eles  
356 conseguiram empenhar pra não perder a vigência se não assinou o termo de convênio,  
357 então temos que pedir para verificar o último andamento, porque como eu disse, o  
358 Comitê representa o Estado e não o interesse de uma captação ou outra, a gente dá o  
359 apoio mas a gente precisar ter certeza que esse apoio ainda é prudente com relação a  
360 emenda, emenda parlamentares do governo do Estado, as vezes a emenda até já foi  
361 cancelada e nós não sabemos ou talvez já esteja pactuada e não precisa mais desse  
362 ofício, então o gestor de convênio da instituição tem que dizer pra gente. **Jamila**  
363 (SEMARH) como eles não estão aqui hoje, na próxima reunião a gente fecha com eles.  
364 **Cinthia** (SEMARH) sobre a próxima ação informa que, a emenda não foi liberada e o  
365 consórcio como era intermunicipal ele ficaria cada mês em um município, mas como não  
366 teve a liberação da emenda e não existe ainda castra móvel não temos como proceder.  
367 **Jamila** (SEMARH) o que vamos propor de atividades para os animais domesticados?  
368 **Cinthia** (SEMARH) nós praticamente acatamos a sugestão da Ana na Empresa Selo  
369 Amigo dos Animais e isso vai impactar diretamente aos animais domésticos, acho que  
370 poderia colocar ela ai como ação, acho que ficaria promover a possibilidade da existência  
371 do selo empresa amiga dos animais, temos que levantar a legislação, saber se é possível  
372 que façamos isso e depois criar. **Fabricia** (SEDUC) eu acho que seria consultar para  
373 ficar mais especifica, como consulta aos órgãos que tem intenção do selo, elaboração  
374 de projeto do selo aos representantes do Poder Público, ser mais pontual, porque  
375 promover tanto pode ser uma reunião, como um documento, um projeto, e é tanta coisa  
376 que a gente se perde, então acho que pode ficar roteirizar o selo e consultar os órgãos  
377 jurídicos pra instituir no âmbito do governo do Estado. **Angélica Beatriz** (CRBIO-4) a  
378 gente poderia talvez chamar isso de estudo de viabilidade, porque de fato tem que fazer  
379 as consultas e inclusive no que diz respeito aos órgãos que cuidam das finanças, tem  
380 que entender o que está permitido na questão contábil do Estado, porque quando se fala  
381 de selo, está falando de avaliação, de validação, então envolve muitos entes nesse tipo  
382 de atividade de certificação, então a proposta aqui pra não descartar a proposta feita  
383 originalmente e chamar de estudo de viabilidade e ai os órgão a quem coubesse essa  
384 competência talvez a própria SEMARH recebesse essa demanda do comitê de provocar  
385 os órgãos que tem essa competência pra encabeçar, liberar um estudo de viabilidade de  
386 instituição de um selo é algo que eu acho que deveria ir nessa linha. **Fabricia** (SEDUC)  
387 eu acho que esse estudo de viabilidade é interessante porque é o que a gente precisa  
388 fazer, a gente precisa tecnicamente, financeiramente e juridicamente, eu acho que  
389 realizar estudo de viabilidade eu concordo e fica bem pontual, a gente vai ter o produto  
390 que é o estudo realizado que vai gerar as condições pra gente saber exatamente as  
391 implicações a quem compete e tudo mais. **Cinthia** (SEMARH) eu acredito que aqui  
392 podemos colocar essa questão do selo dentro dos grupos técnicos que a Fabricia sugeriu  
393 porque temos que ter a parte jurídica, nós temos que ter a OAB junto, a SEMARH, a  
394 OAB, a parte das ONGs, a CRMV porque tem contato com as empresas aqui a gente já  
395 pode tentar colocar isso dentro de um possível grupo técnico e eu tenho uma sugestão,  
396 hoje nós estamos aqui sem o pessoal da SEAGRO, o pessoal das ONGs, eu acredito  
397 que essa parte dos animais de produção, mais especificamente as pessoas que não  
398 estão no grupo, deveriam enviar algumas sugestões no nosso grupo porque eu acho  
399 importante a participação dessas pessoas porque depois a gente vai ter que voltar  
400 novamente, porque o plano de ação tem que ser aprovado, enquanto ele não for  
401 aprovado nós vamos ter um retrabalho quanto a isso, eu acho que deve ser enviado as  
402 partes competentes que não estão na reunião hoje para fazer as possíveis alterações e  
403 reenviar ao grupo. **Fabricia** (SEDUC) lembrando, que se tem alguma ação que é tão  
404 específica de uma só, então talvez esteja no lugar errado, é uma provocação, um  
405 questionamento que a agente tem que se fazer quando fazemos o plano de trabalho, o

406 que precisa do coletivo do conselho onde todas as instituições aqui representadas fazem  
407 conjuntamente e que ação que é pontual e que nós conselho podemos comentar, ajudar,  
408 mas que não é conselho porque a delimitação clara da nossa atuação interfere na  
409 qualidade do nosso trabalho, se a gente perder tempo nesse processo de ações que  
410 pode ser feita por um ente, dois e não são do conselho, a gente deixa aquelas que são  
411 essenciais, as normas técnicas, as recomendações, as regulações, as legislações e eu  
412 acho que um papel da política pública é muito amplo, a gente tem aí uma demanda dos  
413 animais muito séria né, que precisa regulamentar, que precisa do conselho enquanto  
414 instituição, então se tem alguma ação que é muito pontual e que não precisa estar no  
415 conselho eu acho que precisamos pensar nisso com calma porque assim como vocês, a  
416 gente quer que o conselho seja produtivo, resolutivo em termos de deixar um legado de  
417 política pública e ação pontual. **Cinthia** (SEMARH) é porque nas ações, nós dividimos  
418 por categoria de animal, e de animal doméstico os atuantes mais fortes são as ONGs e  
419 elas não estão aqui, então não estão contribuindo com as ações que serão feitas para  
420 os animais domésticos, por exemplo, animal de produção tem a SEAGRO que não está  
421 presente, é isso, se eles não estão contribuindo aí futuramente eles vão querer rever  
422 esse plano de ação e nós teremos um retrabalho, mas todas as coisas que já estão aqui  
423 é de comum acordo com o comitê, mas eu acredito que seja importante. **Fabricia**  
424 (SEDUC) eu concordo com a Cinthia, eu só acrescentei pra gente rever ações que as  
425 vezes podem ser feita internamente pelo órgão e não precisam do Conselho. **Cinthia**  
426 (SEMARH) ok, compreendi. **Jamila** (SEMARH) quanto tempo precisamos para o Estudo  
427 de Viabilidade da implementação do Selo Empresa Amiga dos Animais? **Cinthia**  
428 (SEMARH) eu acredito que ele possa ser a curto prazo ou na próxima reunião. **Angélica**  
429 **Beatriz** (CRBIO-4) eu sugiro que seja proposto prazo dentro do primeiro ano, é algo que  
430 não se consiga tão rápido, aí se conseguir num prazo menor eu acho que já estaria de  
431 bom tamanho. **Jamila** (SEMARH) como foi solicitado que a gente colocasse um prazo  
432 específico e como a reunião é hoje, se a gente pensar em 1 ano temos até 23 de junho  
433 de 2021, se for 3 meses, 23 de janeiro. **Cinthia** (SEMARH) pode colocar então até 23  
434 de junho de 2021 porque aí no caso estaria dentro do primeiro ano. **Jamila** (SEMARH)  
435 quais serão os responsáveis? **Cinthia** (SEMARH) eu pensei em colocar um grupo, no  
436 caso seria OAB, SEMARH, CRMV. **Angélica Beatriz** (CRBIO-4) eu gostaria de fazer  
437 outra sugestão que como a gente está colocando o prazo e quando for dentro do primeiro  
438 ano é um prazo que a gente pretende ter alcançado essa meta, agora seria importante  
439 dentro de cada uma das atividades previstas colocar o momento em que ela vai iniciar,  
440 um cronograma que esse grupo vai adotar pra viabilizar essa atividade que ele está  
441 prevendo, acho bom já pensar nesse formato, um cronograma pra provocar o início da  
442 atividade. **Cinthia** (SEMARH) mas para que isso aconteça nós não temos que saber se  
443 é viável ou se não é viável? Um trabalho jogado fora depois se a gente fizesse um  
444 cronograma chegar lá na frente e verificar que não é viável. **Angélica Beatriz** (CRBIO-  
445 4) estou falando do cronograma pra realizar essa ação, por exemplo, estudo de  
446 viabilidade, vocês agora começaram elencar quem serão os responsáveis né, esses  
447 responsáveis precisam começar esse trabalho, como é que eles vão começar? Eles vão  
448 começar fazer uma reunião entre esse grupo, eles vão definir entre eles quem vai falar  
449 com quem? Como é que vai começar articular pra realizar o estudo? Estou falando da  
450 realização do estudo, da ação que está prevista. **Ana Lúcia** (ADAPEC) eu deixo como  
451 sugestão o próprio grupo de trabalho resolver como ele vai querer fazer esse estudo e  
452 eu gostaria de participar. **Joseanne** (CRMV) Ana, você já poderia participar junto da  
453 nossa comissão no CRMV, da Comissão de Bem Estar Animal, você já representaria no  
454 caso o CRMV eu acho que seria importante ou alguma de vocês aí eu acho que o CRMV  
455 já estaria representado pra esse estudo, o que você acha? **Ana Lúcia** (ADAPEC) tudo  
456 bem, concordo. **Jamila** (SEMARH) então o GT seriam 3? a SEMARH, OAB e CRMV?

457 **Cinthia** (SEMARH) não seria ADAPEC no lugar do CRMV? **Joseanne** (CRMV) pode  
458 deixar o CRMV porque dentro dele tem a Comissão de Bem Estar Animal e fica mais  
459 fácil. **Jamila** (SEMARH) eu coloquei as duas colunas que a Fabrícia sugeriu meta e  
460 produto, então nesse estudo de viabilidade a meta é a implementação do selo né?  
461 **Fabrícia** (SEDUC) Não, a meta é um estudo elaborado, o produto é o projeto do selo,  
462 porque aí eu cumpri a meta e entreguei o produto, ou aprovado pelo conselho, a gente  
463 pode também colocar o marco, o dia em que ele foi aprovado pelo conselho, alguma  
464 coisa assim, a gente pode colocar uma marco de verificação de entrega, acho que fica  
465 bem interessante. **Jamila** (SEMARH) então vamos ter duas atividades do selo, uma é o  
466 estudo de viabilidade que é no primeiro ano e o segundo vai ser a implementação que  
467 vai ser no segundo ano, é isso? **Fabrícia** (SEDUC) isso! **Jamila** (SEMARH) então a  
468 gente pode colocar 6 meses depois, cai em 23 de dezembro de 2021, mas dezembro é  
469 um mês complicado pois sempre tem muita gente de férias, então podemos colocar  
470 janeiro de 2022. **Cinthia** (SEMARH) podemos colocar primeira reunião de 2022.  
471 **Fabrícia** (SEDUC) só lembrando que a implementação é um edital, ou uma lei, ou um  
472 ato do Poder Público, implementar é colocar em prática, então a gente pode colocar aí  
473 como produto até que o próprio estudo diga pra gente qual é o melhor instrumento que  
474 será o selo amigo, qual o ato legal que o estudo vai apontar. **Jamila** (SEMARH) quem  
475 vai ser o responsável? Continuam os mesmos né? **Cinthia** (SEMARH) o estudo sim, mas  
476 o restante não é o Comitê completo? Pois todo conselho tem que participar do projeto?  
477 **Fabrícia** (SEDUC) mas o ato legal não vem do conselho, porque como ele tem uma  
478 delimitação ele vai sair por uma das secretarias e quem vai dizer pra gente qual é a  
479 secretaria ou órgão então acho que tem que ficar os mesmos parceiros até o final do  
480 estudo, aí quando terminar o estudo a gente atualiza porque aí tem uma questão  
481 financeira jurídica. **Jamila** (SEMARH) E a meta aqui é uma avaliação da implementação?  
482 **Fabrícia** (SEDUC) geralmente tem que ser quantificado ou é um selo pra todo o território  
483 do Tocantins ou inicia para algumas cidades, a gente tem que definir a abrangência se  
484 é 1 selo que vai atender todos os 139 municípios como meta ou então eu coloco um  
485 documento legal de implementação, alguma coisa nesse sentido. **Jamila** (SEMARH) eu  
486 acho que os 139 a gente não consegue atingir, mas as maiores cidades sim, então 5  
487 selos implementados em 5 cidades. **Ana Lúcia** (ADAPEC) porque não pode ser criação  
488 de só 1 selo e depois definir, porque o estudo vai ser feito pra criar o selo e não qual  
489 cidade vai ser implementado, as cidades depois podem estar aderindo, vai ser 1 selo  
490 que pode ser criado para o Estado todo. **Jamila** (SEMARH) sim Ana, mas nós estamos  
491 colocando a meta, o selo está pronto, a gente quer na primeira reunião de 2022 que já  
492 tenha pelo menos 5 cidades do Estado com algumas empresas dentro daquela cidade  
493 usando o selo. **Ana Lúcia** (ADAPEC) certo, entendi. **Jamila** (SEMARH) nós vamos  
494 colocar mais alguma ação no grupo de animais domésticos e domesticados? **Fabrícia**  
495 (SEDUC) ação educativa eu acho que também cabe em todos os grupos, porque  
496 podemos fazer ações focais nos 3 grupos de animais, então promover ação educativa.  
497 **Ana Lúcia** (ADAPEC) gostaria de perguntar se cabe aqui nessa parte a sugestão que  
498 eu dei de fazer a confecção do fluxograma para atender as denúncias aos maus tratos?  
499 **Jamila** (SEMARH) cabe, com certeza. **Fabrícia** (SEDUC) e pra esse grupo de animais  
500 domésticos a gente quer sugerir pro Comitê criar um folder, nós da educação faremos  
501 um folder porque animais domésticos está na casa das pessoas, então um *web folder* e  
502 depois da pandemia nós podemos transformar em algo impresso, um folder educativo  
503 eu acho que seria um produto bem legal, aí o grupo pode sugerir se quer outro formato.  
504 Eu consigo desenvolver e fazer com que chegue aos alunos através do professor de  
505 ciências usando a rede, então o produto seria *web folder* e a minha meta seria a  
506 distribuição nas 13 diretorias regionais de ensino. **Angélica Beatriz** (CRBIO-4) eu  
507 gostaria de perguntar porque está focado em animais domésticos se a secretaria tem a

508 condição de produzir o material e se o Comitê tem a missão mais abrangente de tratar  
509 dos animais como um todo, não poderia fazer para todos dentro do foco que é o Comitê  
510 tratado nas 3 áreas. **Jamila** (SEMARH) será feito, é que esse nós estamos agora em  
511 animais domésticos, todos na base vai ter isso aqui. **Angélica Beatriz** (CRBIO-4)  
512 entendi, então o que nós estamos discutindo aqui é a categoria que só envolve animais  
513 domésticos? **Jamila** (SEMARH) sim, mas vai constar nos outros. **Fabírcia** (SEDUC) e  
514 eu penso que pra cada tipo de animal a gente tem que escolher um produto como por  
515 exemplo, talvez o *web folder* não funcione para outros animais, o animal doméstico é  
516 mais da vida cotidiana e muitos alunos tem, então o para outro grupo eu tenha que me  
517 unir mais com a ADAPEC para produzir uma cartilha, então eu penso que pra cada um  
518 teremos que pensar no melhor produto porque isso varia. **Jamila** (SEMARH) o animal  
519 de produção como tem as escolas rurais, o aluno que é da escola rural vai receber porque  
520 ele pode ter um cachorro e um gato e receber de animais de produção também. **Fabírcia**  
521 (SEDUC) o aluno que é de zona rural ele vai receber do animal doméstico que vai ser  
522 um folder e a cartilha dos animais de produção ou então uma história em quadrinhos,  
523 estou pensando em produzir materiais com a linguagem popular, mais simples, com a  
524 leitura fácil já que a gente não vai ter as palestras presenciais, então o nosso material  
525 vai ter que ser bem adequado a esse momento, uma família que tem um animal  
526 doméstico recebendo um folder ele consegue fazer algo mais interessante do que de  
527 repente eu fazer um material institucional. **Angélica Beatriz** (CRBIO-4) eu acho que essa  
528 proposta de folder porque é um material mais simples tem uma comunicação direta eu  
529 acho que é uma grande oportunidade porque essa possibilidade *web* permite a gente  
530 atingir vários públicos, agora me preocupa a oportunidade que o Comitê tem de tratar os  
531 animais como um todo ainda que tenha folder específico pra falar de cada grupo de  
532 animais o pensamento de focar o público, eu acho que na verdade a oportunidade que  
533 nós temos de falar sobre a importância dessas 3 categorias pra todo mundo, porque eu  
534 falaria de animais domésticos só com o público das escolas? Pois eles precisam também  
535 ter informações sobre como deve ser o tratamento, o respeito com os demais, outros  
536 animais das categorias, porque eu acho que a gente tem a oportunidade de falar de todos  
537 pra todos porque senão perdermos a oportunidade de falarmos com o públicos que  
538 convive com as diferentes categorias de animais. **Fabírcia** (SEDUC) a defesa desse  
539 material ser específico sem negligenciar a nossa diversidade é porque onde ficam os  
540 animais domésticos e que a pessoa quando acolhe e ela pode agir a ação educativa é  
541 mais interessante, a sabe que o aprender hoje é um ato de mudança de atitude, então  
542 mesmo que eu conheça tudo, onde que o aluno que é de zona urbana que é o aluno da  
543 escola, 99% nosso aluno, ele é aluno que só vai ter animal doméstico agora isso não  
544 impede que no diagnóstico eu saiba que tenha escolas urbanas e aí tem essa liberdade  
545 de flexibilização, não há impedimento eu só acho que o material quanto mais focado,  
546 mais objetivo, ele consegue ter uma linguagem melhor. **Ana Lúcia** (ADAPEC) eu  
547 concordo com a Fabírcia, e acho que quando material é direcionado a gente consegue  
548 trabalhar melhor, quando a gente direciona, por exemplo na ADAPEC nós trabalhamos  
549 com produtor rural, a nossa linguagem, a nossa maneira de falar com eles é diferente da  
550 maneira de como você vai trabalhar numa escola urbana, então como você vai trabalhar  
551 numa escola rural também é diferente, então seu público alvo fica mais fácil pra ele  
552 entender, então nesse caso o público alvo é interessante. **Jamila** (SEMARH) eu gostaria  
553 de sugerir, porque como estamos vivendo um momento que a gente não sabe quanto  
554 tempo vai durar, a gente não colocou o prazo dessa ação, a gente poderia desenvolver  
555 uma ação específica pra cada público, tipo, quanto tempo você consegue viabilizar uma  
556 etapa e na sequência a gente pode fazer uma coisa que integre os tipos que a gente  
557 tem, por exemplo, o produtor rural que tem o filho na escola, tem alguns que participam  
558 de vaquejada e a gente tem aqui esporte, então podemos depois pensar em algo que

559 englobasse todas as categorias, por exemplo, no primeiro mês ele vai receber um  
560 específico, depois ele vai receber um que fale dos outros tipos aí talvez fazer uma  
561 abrangência, porque o animal silvestre a gente tem na cidade e no campo, fazer um  
562 planejamento desenvolvendo esses produtos pra eles estarem sempre em contato como  
563 a gente gostaria, porque a gente sensibilizando os pequenos, que vão sensibilizar os  
564 mais velhos e daqui uns anos vão ser eles que vão estar lidando com o meio ambiente  
565 e com o cuidado dos animais. **Angélica Beatriz** (CRBIO-4) o meu comentário foi mais  
566 na linha do que você disse, independente de quantas peças vão ser montadas, um folder  
567 ou outro formato, a minha colocação era no sentido de a gente não restringir os públicos,  
568 então quando você coloca por etapa e prevê que todos os públicos vão ter acesso a essa  
569 informação então eu entendo que está mais alinhado com a proposta do Comitê que é  
570 de tratar de todos os animais, a minha colocação não era no sentido de que seja feito  
571 um único material para todos, mas que todo esse público tenha acesso as informações  
572 sobre os três grupo de animais que a gente está considerando. **Fabricia** (SEDUC) eu  
573 concordo de a gente ter esse momento, ir juntando os materiais, mas por exemplo pelo  
574 SEDUC eu dou conta dos animais domésticos com os biólogos, mas dos animais de  
575 produção eu vou precisar de outro apoio os animais silvestres eu vou precisar de outros  
576 técnicos, então eu acho que a gente pode fazer por etapa, a gente faz um folder depois  
577 faz a vídeo aula, depois a cartilha e então a gente integra essas 3 ações para todos os  
578 públicos, temos que pensar nesse momento remoto, tipo uma *live* pelos sites e pelas  
579 plataformas digitais, mas talvez não chegue na zona rural, eu coloquei aqui o folder  
580 porque isso eu vou fazer sozinha por isso eu não pedi ajuda de ninguém, mas conforme  
581 a gente for colocando ações no final dos 3 ou 4 meses a gente pode ter um produto ou  
582 um conjunto, um kit pra todos os 3 materiais, eu acho que pode ser no começo de 2021  
583 o folder. **Jamila** (SEMARH) Cinthia, nós colocamos nos animais domésticos as  
584 atividades de educação presencial, a proposta da Fabricia foi ela fazer um *web folder*  
585 para os animais domésticos e distribuir para as 13 regionais e elas fariam a divulgação  
586 na rede de ensino pública e nós colocamos que o prazo seria até a primeira reunião de  
587 2021 pra ela fazer esse trabalho e ela tem a equipe pra construir, nos outros ela vai  
588 precisar do apoio das especificidades, animais de esporte, animais silvestres, e a Ana  
589 Lúcia fez a sugestão que vamos colocar em cima, eu coloquei essa base porque vai  
590 aparecer em todos os outros. **Ana Lúcia** (ADAPEC) eu sugeri que nós fizéssemos um  
591 fluxograma de atendimento as denúncias dos maus tratos aos animais porque andamos  
592 vendo que as pessoas não sabem onde, nem como e o que vai ser feito, então  
593 precisamos criar esse fluxograma até pra poder dar uma resposta pra sociedade do que  
594 o Comitê está fazendo em relação a isso, porque eu vi um dia até no nosso grupo, uma  
595 colega perguntando o que ela fazia com um animal que a vizinha dela tinha falado que  
596 estava abandonado, então a gente fica meio sem saber o que fazer, então acho que a  
597 gente precisa construir um fluxograma pra esse atendimento de denúncia aos maus  
598 tratos porque a gente sabe q promotoria tem o 127, mas nós ficamos sabendo que esse  
599 número ninguém obteve sucesso e resposta, seja na Militar Ambiental ou na Polícia Civil,  
600 nesse fluxograma quem vai atender essa denúncia, como nós vamos proceder, nós  
601 vamos montar um processo, nós temos que dar uma resposta pra sociedade porque  
602 inclusive aqui em Palmas e nosso Estado essa situação de maus tratos está horrível, e  
603 principalmente agora nesse caso de pandemia e eu fiz um curso agora recentemente na  
604 Universidade Federal do Paraná que falava sobre a Teoria do Elo e a Teoria do Link,  
605 associando os maus tratos dos animais aos maus tratos dos seres humanos, aos mais  
606 vulneráveis então fica como sugestão pra vocês que eu faça uma palestra pra que todos  
607 vocês tenham conhecimento do quão importante é a gente poder conseguir diagnosticar  
608 esses maus tratos, que a partir do momento que a gente diagnosticar esses maus tratos  
609 aos animais a gente vai poder também estar ajudando os seres humanos. **Fabricia**

610 (SEDUC) só lembrando que quando a gente criar o fluxograma, o Comitê não é  
611 fiscalizador nem de controle por conta da Política Pública, então o que acontece nos  
612 outros Conselhos, nós conselheiros a gente até recebe denúncia, mas a gente usa o  
613 conselho para acionar quem está dentro do fluxo, porque cada finalidade, cada tipo de  
614 coisa existe tratamento específico, porque eu tenho uma finalidade institucional que eu  
615 tenho que respeitar, eu estou contribuindo na ação educativa, então se nesse fluxo a  
616 gente puder identificar pra depois o conselho descobrir onde a pessoa do fluxo está, a  
617 gente pode mandar ofício, a gente pode fazer resoluções porque em cima do que está  
618 no fluxo o conselho pode deliberar ações para que a pessoa cumpra o seu papel, porque  
619 as pessoas confundem muito, que o conselho fiscaliza o Poder Público e os órgãos que  
620 não estejam cumprindo as suas atividades. **Cinthia** (SEMARH) gostei dessa ideia do  
621 fluxograma, acho que a gente pode aplicar bastante porque se a gente puder esclarecer  
622 um pouco pra sociedade quem tem a competência de tirar o animal lá da rua e até dar  
623 visibilidade e informar a população o número do telefone, então a partir do momento que  
624 você fala que está ligando e não está conseguindo resultado, algo tem que acontecer,  
625 tem que ter uma explicação, o que a gente não pode fazer é fugir do nosso foco, a gente  
626 tem que dar esse apoio, mas temos que reconhecer que a competência é do município,  
627 temos que cobrar dele também. **Ana Lúcia** (ADAPEC) eu sugeri esse fluxograma porque  
628 os maus tratos aos animais virou um jogo de empurra pelo que eu vejo, porque eu já  
629 tentei denunciar, eu concordo com a Fabrícia, nós temos que fazer o fluxograma para  
630 identificar onde está tendo a falha, porque alguém está falhando, vamos parar de fingir  
631 que não estamos vendo o que está acontecendo, eu já precisei, vieram até a minha casa,  
632 o animal estava em situação caótica, eu sou médica veterinária e a justificativa foi que  
633 só tinha um veículo, então vamos ver como a gente faz para aumentar mais um veículo  
634 pra melhorar a fiscalização, de quem é essa competência por que do jeito que está, não  
635 dá mais e agente fazendo esse fluxograma a gente consegue descobrir onde está o furo  
636 e a gente cobrar desse órgão fiscalizador atitude dele, seja da prefeitura, seja de quem  
637 for, eu acho que o importante é isso. **Cinthia** (SEMARH) a competência de pegar esses  
638 animais é do município? **Iza** (SES) quando se fala em municípios eu vou falar das UVs  
639 das Secretarias Municipais de Saúde, a portaria que faz as definições das ações que são  
640 de competência desses órgãos é a 1.138/2014 sobre o recolhimento ele é mediante ao  
641 risco a saúde pública, o animal está oferecendo algum risco à saúde pública? Aí a  
642 Zoonoses faz o recolhimento, mas fora isso a gente não tem competência, alguns  
643 municípios até fazem o recolhimento, mas é mais voltado ao controle de zoonoses,  
644 relacionado a isso porque muitas vezes acham, que tem que ser recolhido pela UVZ.  
645 **Ana Lúcia** (ADAPEC) é isso que estou falando pra vocês, o que acontece, quando a  
646 gente não tem um fluxograma, agora estamos vendo com a Iza que faz essa  
647 representação da Saúde que na realidade a gente não tem um órgão responsável, uma  
648 legislação que diga quem vai recolher, pra onde esse animal vai, como ele vai ser tratado,  
649 o fluxograma vai dar um norte pra nós, se nós não temos quem faz esse trabalho então  
650 nós vamos procurar de quem vai ser essa competência porque alguém vai ter que se  
651 responsabilizar por isso, por exemplo, se for da Prefeitura vamos tentar marcar uma  
652 reunião com a prefeita e apresentar pra ela as condições do que vem acontecendo,  
653 vamos mostrar relatos das meninas das ONGs, elas tem muitas filmagens de maus  
654 tratos, várias denúncias e vamos tentar sensibilizar, se precisa de uma lei, nós vamos  
655 fazer, porque alguém vai ter que assumir isso aí né ou a gente pode até fazer um projeto  
656 de lei e apresentar, mas do que jeito que está não dá pra ficar mais. **Joseanne** (CRMV)  
657 eu não sei se vocês tem conhecimento, mas existe a Lei 3530 do ano passado que  
658 instituiu o Código Estadual de Proteção aos Animais no âmbito do Estado do Tocantins,  
659 foi feita essa Lei, mas eu percebo que ela não está completa, nessas ações por exemplo  
660 ela lei não prevê essas responsabilidades, essa Lei foi feita com falhas e aí ficamos

661 nesse problema, de quem é a responsabilidade frente aos animais abandonados, em  
662 sofrimento, e isso vale tanto para animais domésticos como de produção, eu acho que  
663 devemos debruçar nessa lei eu passo pra vocês, tenho ela em mãos e em cima desse  
664 Código Estadual que quando foi feito eu tenho certeza que não foram chamadas as  
665 pessoas competentes pra fazer algo mais completo e aí acontece isso, fica uma lei sem  
666 aplicabilidade, porque ali ela prevê até multa então eu quero que vocês tomem  
667 conhecimento dessa lei pra que a gente proponha uma complementação, um decreto ou  
668 alguma coisa nesse sentido porque senão não vai adiantar fazer esse fluxograma porque  
669 tem que ter uma coisa legalizada, que é quem com as suas atribuições eu acho que seria  
670 isso. **Cinthia** (SEMARH) já coloquei ela disponível no nosso grupo de *whatsapp* aí quem  
671 tiver interesse dê uma olhada. **Fabricia** (SEDUC) eu acho que toda lei ela precisa da  
672 regulamentação, eu não li ela ainda, mas talvez a gente possa fazer esse estudo pra ver  
673 qual tipo de regulamentação que cabe e aí a gente pode de repente ver, porque se for  
674 uma lei estadual a gente pode até acionar o governador, o Comitê pode mandar um  
675 Ofício ao Governador pedindo as definições, o nosso Comitê pode mandar essas  
676 solicitações que a gente possa pedir esclarecimentos, a operacionalização, como o  
677 Poder Público Municipal Estadual pretende operacionalizar a lei, nenhuma lei é bem  
678 detalhada, ela é promotor de obras de outros documentos a gente pode tentar ver aí eu  
679 sugeria ficar o fluxograma e ficar uma ação de aprofundamento no estudo da lei e criação  
680 dessa comissão de acompanhamento da implementação da lei. **Joseanne** (CRMV) eu  
681 acho que essa lei já demonstra que o governo é sensível a causa e isso já é uma grande  
682 coisa então temos agora que debruçar em cima da lei e ver o que podemos melhorar em  
683 cima dela, definir quem vai fazer o que na lei e fica mais fácil até da gente cobrar dos  
684 órgãos públicos. **Jamila** (SEMARH) vocês tem que entender o seguinte, a lei foi  
685 promulgada e ela é regulamentada por decreto, nada impede que a gente elabore um  
686 decreto regulamentando e encaminhe para Casa Civil para que eles deem andamento,  
687 então a gente está falando aqui de dois produtos, o fluxograma de atendimento e a  
688 regulamentação da lei, eu acho que a gente deveria colocar os dois, o prazo, as pessoas  
689 que ficarão responsáveis e a gente monta o GT, eu faço a Portaria, a Resolução da  
690 montagem do GT e a gente chama a primeira reunião, elege um coordenador e a gente  
691 monta um cronograma de trabalho, a gente só não pode ficar debatendo uma coisa que  
692 não vai resolver hoje, temos que ser pontual, nós queremos um fluxograma, nós  
693 queremos uma regulamentação da lei, como que a gente vai fazer isso e a gente toma  
694 as providências. Então o fluxograma de atendimento quem vai trabalhar, nós temos as  
695 protetoras que estão diretamente ligadas a isso apesar de elas não estarem aqui hoje.  
696 **Cinthia** (SEMARH) o CRMV é importantíssimo, acho que a ADAPEC também tem que  
697 estar junto. **Ana Lúcia** (ADAPEC) eu me proponho a ajudar também. **Cinthia** (SEMARH)  
698 SES também. **Fabricia** (SEDUC) a DEMA, DEMAC, DAMEJI mudou o nome SSP dentro  
699 da segurança pública. **Cinthia** (SEMARH) exatamente. **Jamila** (SEMARH) a meta é um  
700 fluxograma. **Fabricia** (SEDUC) a meta é o produto publicado, divulgado, não sabemos  
701 ainda onde publicaremos, mas podemos colocar aí. **Cinthia** (SEMARH) acho que no  
702 Diário Oficial porque o Comitê tem essa capacidade, dá maior visibilidade, pega o Estado  
703 inteiro, acho mais interessante. **Fabricia** (SEDUC) só que eu tenho que transformar em  
704 Resolução. **Jamila** (SEMARH) o produto é uma resolução, não é nada do que  
705 escrevemos. **Cinthia** (SEMARH) a OAB também vai trabalhar no fluxograma. **Jamila**  
706 (SEMARH) sim, porque ela que conhece a legislação e pra quanto vai ter esse  
707 fluxograma? **Cinthia** (SEMARH) a Renata da OAB sugeriu pelo *chat* 6 meses. **Jamila**  
708 (SEMARH) nós temos 2 reuniões ainda esse ano, agosto e outubro, o que vocês acham  
709 de a gente colocar pra outubro? **Cinthia** (SEMARH) acho que é um tempo hábil, como  
710 disse a Ana da ADAPEC é um problema e precisa ser solucionado. **Jamila** (SEMARH)  
711 o próximo é regulamentação da Lei nº 3.530/2019, vai ser o mesmo grupo? **Cinthia**

712 (SEMARH) eu acredito que sim. **Jamila** (SEMARH) eu acho que a regulamentação  
713 precisa das protetoras? **Cinthia** (SEMARH) eu acredito que sim, acho importante. **Ana**  
714 **Lúcia** (ADAPEC) eu concordo. **Jamila** (SEMARH) aqui a meta é uma minuta de decreto  
715 e o produto é o decreto publicado, aí a gente pode trabalhar o decreto macro da  
716 regulamentação e se necessário a gente pode fazer uma resolução mais detalhada de  
717 algumas coisas que não precisam estar no decreto e quanto tempo temos pra fazer? Se  
718 a gente colocou o fluxograma até outubro, poderia colocar a regulamentação até a  
719 primeira reunião de 2021 porque vai que eles trabalham rápido e já aprovamos na  
720 reunião de agosto. **Cinthia** (SEMARH) eu penso que com essa equipe bem formada  
721 como está não vai ser tão complicado o fluxograma e acredito que na próxima reunião  
722 já vai ter o fluxograma já encaminhado e aí se estiver já podemos jogar o decreto para a  
723 reunião de janeiro. **Jamila** (SEMARH) é, são prazos estimados né, se a gente necessitar  
724 fazemos as alterações. Mais alguma sugestão para animais domésticos Ana? **Ana Lúcia**  
725 (ADAPEC) eu sugeri a criação do Dia Estadual de Combate aos Maus Tratos Animais e  
726 então na realidade nós vamos ter que repetir 3 vezes porque estamos trabalhando por  
727 categorias, aí eu coloco a sugestão pro Comitê se ele aprova pra gente trabalhar?  
728 Porque eu acho importante mesmo que seja apenas 1 dia eu acho que a gente já  
729 consegue sensibilizar. **Fabília** (SEDUC) existe o Dia D e existe a criação de uma data  
730 cívica que o Governador e a Assembleia estabelecem no calendário uma data fixa no  
731 calendário do Estado, você pretende criar a data fixa no calendário do Estado? **Ana**  
732 **Lúcia** (ADAPEC) exato, porque criando esse dia, dependendo de como estiver a  
733 situação da pandemia, ter um *workshop* presencial e a gente fazer ações que dê pra  
734 gente trabalhar no sentido de ser não presencial. **Jamila** (SEMARH) eu acho que aí é  
735 institucional, a gente vai fazer 1 vez só. **Fabília** (SEDUC) eu penso que talvez a gente  
736 deva criar um líder de grupo. **Jamila** (SEMARH) com certeza, a hora que definirmos  
737 todos os grupos e montarmos a resolução a gente elege um coordenador. **Iza** (SES) em  
738 relação ao Dia Estadual seria interessante assim, animais silvestres, quem estaria  
739 encabeçando, aí viria NATURATINS e outros por órgãos, animais domésticos os órgãos  
740 responsáveis por essa pasta, vai ser um dia né, o *workshop* vai ser uma apresentação  
741 ou uma campanha, mas vai estar o grupo de órgãos responsáveis. **Ana Lúcia** (ADAPEC)  
742 isso, ótima ideia, fica direcionado. **Fabília** (SEDUC) todo ano tem o planejamento do  
743 dia, eu não sei se vocês participam, mas a SEDUC sempre participa todo ano,  
744 geralmente uma secretaria lidera e as outras todas juntas, por exemplo, quem vai liderar  
745 a equipe vai chamando os parceiros privados, Instituições não governamentais e cada  
746 um faz um dia bem amplo, cada região do Estado tem uma atividade, então o Dia D se  
747 torna um marco e todas as instituições de maneira com parceria, cada uma fornece uma  
748 coisa, todo ano melhora. **Ana Lúcia** (ADAPEC) eu tinha dado como sugestão também  
749 criar o 0800, mas a gente depende do fluxograma. **Cinthia** (SEMARH) eu acredito que  
750 primeiro fazemos o fluxograma, aí verifica a demanda e depois pensamos em criar o  
751 0800, porque ele vai precisar de uma pessoa responsável só para atender esse telefone  
752 e essa pessoa tem que ter conhecimento para deliberar as demandas para os  
753 responsáveis, aí vemos a necessidade do 0800 porque se o fluxograma funcionar, se  
754 cada setor fizer sua parte esse 0800 não vai nem precisar, eu penso assim. **Fabília**  
755 (SEDUC) o problema do 0800 é que ele precisa ser vinculado a um órgão, precisa de  
756 equipe para atender, precisa de um sistema que registre exatamente o que é falado para  
757 se tornar uma denúncia formal e um sistema de devolutiva, existe um 0800 geral do  
758 Estado, o que a gente pode de repente fazer é articular para que haja dentro da ouvidoria  
759 geral uma vinculação aos problemas de animais, mas aí seria uma ação lá da  
760 institucional essa possibilidade de vincular as denúncias, aí não teríamos aquele  
761 problema do 0800 que o telefone não atende. **Ana Lúcia** (ADAPEC) essa ideia eu acho  
762 muito boa, não necessariamente a criação, mas a parceria e essas demandas tem que

763 ser respondias a comunidade, o animal é tutelado pelo Estado, então teria que ser feito  
764 o procedimento como é feito com qualquer denúncia, acho que podemos articular com a  
765 ouvidoria. **Cinthia** (SEMARH) então no caso seria feito um ofício do Comitê para a  
766 ouvidoria? **Angélica Beatriz** (CRBIO-4) eu gostaria de fazer um comentário sobre essa  
767 questão da ouvidoria, eu acho que da mesma forma que foi colocado sobre o fluxograma  
768 e as responsabilidades de competência, a ouvidoria seria posterior a isto né, a ouvidoria  
769 pode receber as demandas, mas a quem ela iria cobrar. **Ana Lúcia** (ADAPEC)  
770 exatamente, por isso a gente tem que saber no fluxograma, o diagnóstico primeiro né  
771 para depois oficial. **Fabília** (SEDUC) a ouvidoria geral do Estado é vinculada ao  
772 Ministério Público e a outros órgãos então eles sabem pela lei a quem mandar, eles são  
773 capacitados, a equipe da ouvidoria já tem esse procedimento instituído, então eu acho  
774 que a questão do ofício solicitando informações e a possibilidade que a rede da ouvidoria  
775 resolve, porque eles vão usar as leis vigentes. **Angélica Beatriz** (CRBIO-4) a Fabília  
776 explicou muito bem, só que a colega tinha colocado anteriormente que existe uma lei  
777 que trata de maus tratos mas ela não regulamentou, ela não disse de quem são as  
778 atribuições então se a gente está pensando em acionar a ouvidoria tem que ter muita  
779 clareza de quem são as competências, se tem uma lei estadual que já está prevendo  
780 isso, mas que não designou as competências, então está faltando isso. **Cinthia**  
781 (SEMARH) eu não sei como funciona os outros órgãos, mas eu como interlocutora da  
782 SEMARH, eu recebo muita denúncia que não compete a SEMARH, então eles tem  
783 acesso a lei, mas muita gente encaminha coisas erradas pra gente, nem sempre eles  
784 conseguem enviar para a pessoa certa, o fluxograma seria importante pra isso. **Ana**  
785 **Lúcia** (ADAPEC) eu concordo, seria melhor a gente definir primeiro esse fluxograma  
786 porque a gente também já vai estar sabendo de quem vai ser a responsabilidade e a  
787 gente pedir o apoio da ouvidoria, porque a fluxograma vai funcionar como um  
788 diagnóstico. **Cinthia** (SEMARH) e se eles mandarem de volta pro Comitê a denúncia e  
789 nem nós sabermos pra onde encaminhar a gente fica numa situação complicada.  
790 **Fabília** (SEDUC) eu sugiro então a gente colocar a questão da articulação o envio do  
791 ofício pra ouvidoria como uma ação do Comitê com prazo posterior ao do fluxograma,  
792 podemos colocar para 2022 antes do nosso biênio acabar porque ai ele não sai do nosso  
793 radar e a gente não esquece que a gente dependia do fluxograma pra fazer essa  
794 articulação. **Ana Lúcia** (ADAPEC) na categoria eu acho que ficaria melhor colocar o Dia  
795 de Combate aos Maus Tratos Animais porque eu acho que ele chama mais atenção do  
796 que falar Dia de Proteção Animal. **Cinthia** (SEMARH) quanto mais impactante for, vai  
797 chamar mais atenção da sociedade. **Fabília** (SEDUC) mas a gente tem que lembrar  
798 que a gente quer fazer um reforço positivo, que eles sejam protegidos, se a gente passar  
799 a mensagem na perspectiva negativa, o pessoal das mídias defende essa posição de  
800 passar a mensagem do que a gente deseja. **Iza** (SES) podemos colocar Prevenção e  
801 Combate aos Maus Tratos. **Jamila** (SEMARH) quem vai trabalhar nessa ação? **Iza** (SES)  
802 pode colocar a SES. **Ana Lúcia** (ADAPEC) coloque a ADAPEC também. **Cinthia**  
803 (SEMARH) no caso aí seria pra promoção ou pra criar o projeto, como seria esse dia?  
804 **Jamila** (SEMARH) ele está como uma ação institucional, temos que criar primeiro. **Ana**  
805 **Lúcia** (ADAPEC) temos que criar primeiro o dia pra depois desenvolver as ações.  
806 **Fabília** (SEDUC) na verdade só a Assembleia cria dias fixos em calendário do Estado.  
807 **Jamila** (SEMARH) temos que fazer um projeto de lei. **Ana Lúcia** (ADAPEC) a gente  
808 pode fazer um projeto de lei e apresentar. **Cinthia** (SEMARH) nós temos membros da  
809 Assembleia no Comitê podemos coloca-los como responsáveis. **Jamila** (SEMARH) pra  
810 quando essa ação? Eu acho que a OAB deveria estar aqui, porque ela conhece normas  
811 legislativas e formatos, eu acho que dá pra gente apresentar a Minuta na próxima  
812 reunião. Renata podemos colocar a OAB aqui pra ajudar confeccionar esse documento?  
813 **Cinthia** (SEMARH) ela respondeu pelo *chat* que sim. **Cinthia** (SEMARH) coloca para a

814 primeira reunião de agosto. **Fabricia** (SEDUC) tem que colocar na institucional a  
815 articulação do 0800 geral do Estado. **Jamila** (SEMARH) essa articulação vai ser um  
816 ofício ou uma resolução? **Angélica Beatriz** (CRBIO-4) gostaria de perguntar sobre o  
817 título dessa planilha, ações de encaminhamentos não seria já os encaminhamentos?  
818 **Jamila** (SEMARH) é que são as ações pra providenciar aquilo que a gente quer que  
819 precisa ser feito, foi nesse intuito que foi dado esse nome. **Cinthia** (SEMARH) a gente  
820 coloca essa ação de encaminhamento porque tem aqui os responsáveis, aí eles entram  
821 aqui e sabem que tem que entregar isso aqui e no prazo. **Angélica Beatriz** (CRBIO-4)  
822 eu estava entendendo que esses já seriam os encaminhamentos, cada encaminhamento  
823 tem suas ações. **Jamila** (SEMARH) vai ficar aqui articulação do 0800? **Fabricia**  
824 (SEDUC) articular com as instituições responsáveis pelo 0800 geral do Estado, para  
825 identificar se atende as redes municipais, talvez ele abrange, eu não sei. É só um ofício  
826 o Comitê pode fazer, o fluxograma já vai estar pronto. **Jamila** (SEMARH) então a meta  
827 é um ofício e o produto é a autorização? **Fabricia** (SEDUC) talvez seja o uso do 0800, o  
828 produto seja utilizar o 0800, se disserem que não estende aos municípios aí teremos que  
829 recalcular o produto. **Jamila** (SEMARH) como depende da ação do fluxograma podemos  
830 colocar o prazo para dezembro de 2020. **Ana Lúcia** (ADAPEC) eu gostaria de deixar  
831 como sugestão de ver onde se encaixaria uma palestra, eu gostaria de fazer uma  
832 apresentação pra vocês sobre a Teoria do Elo entre Maus Tratos Animais e agressão as  
833 pessoas, é uma teoria multidisciplinar, eu gostaria de passar pra vocês pra depois a  
834 gente engajar no nosso Comitê. **Jamila** (SEMARH) palestra Teoria do Elo, a meta é uma  
835 palestra? **Ana Lúcia** (ADAPEC) sim, essa teoria já está sendo muito discutida aqui no  
836 Brasil para a conscientização dos maus tratos. **Jamila** (SEMARH) eu perguntei se era  
837 uma, porque as vezes faz uma para capacitação dos conselheiros e depois pode fazer  
838 uma aberta, não sei se é essa a intenção. **Ana Lúcia** (ADAPEC) sim, e cada conselheiro  
839 vai ser um propagador dessa teoria. **Fabricia** (SEDUC) se for pra logo, a palestra vai ter  
840 que ser *on-line* por causa do distanciamento social. **Jamila** (SEMARH) os conselheiros  
841 que definem a data, se vocês precisarem da Secretaria Executiva eu vejo uma data no  
842 calendário juntamente com a agenda dos conselheiros. Como os conselheiros querem  
843 definir essa data? Podemos colocar um texto no grupo e o pessoal escolhe a data. **Ana**  
844 **Lúcia** (ADAPEC) eu fiquei na dúvida da parceria com as universidades. **Fabricia**  
845 (SEDUC) nós vamos fazer a nota técnica e aí vamos fazer as reuniões, acho que a nota  
846 técnica entra aí na institucional. **Jamila** (SEMARH) vai ser o CRMV, a OAB, quem mais?  
847 **Fabricia** (SEDUC) pode colocar a SEDUC, eu posso contribuir. **Jamila** (SEMARH) a  
848 meta é uma nota técnica e o produto? **Fabricia** (SEDUC) o produto é a divulgação da  
849 nota técnica entre os reitores, pró-reitores e vices. **Iza** (SES) aqui caberia apresentar o  
850 termo de cooperação ou só a nota técnica já seria o instrumento dessa parceria. **Fabricia**  
851 (SEDUC) eu acho que já atende porque não vai ter troca de recurso financeiro então ela  
852 não precisa ser formalizada em forma de contratos, a gente quer uma parceria mais pra  
853 questão das informações, agora se alguma faculdade necessitar, podemos fazer como  
854 uma ação complementar a nota técnica, mas aí é uma demanda de cada universidade,  
855 geralmente a gente usa termo de parceria quando tem troca de ação ou recurso. **Ana**  
856 **Lúcia** (ADAPEC) na construção dessa nota técnica eu tinha uma ideia de propor alguns  
857 dias de atendimento aos animais abandonados, por exemplo, se tiver um atropelamento,  
858 normalmente as protetoras tem dívidas com veterinárias, então quando for fazer essa  
859 nota técnica tem como já prever isso? **Fabricia** (SEDUC) a nota técnica é um documento  
860 de caráter do conselho pra todas as instituições, é uma recomendação oficial e  
861 pensamos que no braço da extensão recomendar que acolham e tratar com os reitores  
862 das instituições. **Jamila** (SEMARH) pra quando colocaremos essa nota técnica?  
863 Lembrando que esses 3 órgãos já estão em outras ações que já estipulamos prazos.  
864 Temos que elencar agora as prioridades, colocamos o fluxograma para outubro, a

865 regulamentação da Lei pra fevereiro de 2021, as atividades educativas também pra  
866 fevereiro de 2021, já temos essas 3 no prazo de 6 meses. **Angélica Beatriz** (CRBIO-4)  
867 eu gostaria de fazer um comentário sobre essa questão do prazo, estou entendendo que  
868 a nota técnica vai ser um primeiro instrumento de aproximação com as universidades e  
869 de sinalização do interesse desse Comitê em contar com a colaboração das  
870 universidades, então isso é algo que pode acontecer num prazo curto, o que vai resultar  
871 dessa nota técnica na reação nas universidades é outra história, pode ser a universidade  
872 tem interesse então eu acho que essa nota técnica não tomaria tanto tempo, ela seria  
873 um cartão de visitas, um primeiro chamamento pra parceria. **Jamila** (SEMARH) nós  
874 temos uma série de atividades, por isso precisa pensar o que é prioritário pra gente  
875 colocar agora. **Angélica Beatriz** (CRBIO-4) eu estou opinando bastante mas gostaria  
876 muito de participar após sair o decreto, ficar mais à vontade em participar quando o  
877 CRBIO passar a fazer parte do Comitê, aí depois vou querer me adequar aos grupos que  
878 temos mais afinidades. **Fabricia** (SEDUC) e o conselho pode chamar técnicos como  
879 colaboradores eventuais, então se a gente sentir falta, a gente chama. **Jamila**  
880 (SEMARH) com certeza. **Angélica Beatriz** (CRBIO-4) ótimo, pode chamar. **Jamila**  
881 (SEMARH) essas tarefas que a gente já delimitou, que já temos o prazo, principalmente  
882 dos animais domésticos que é o fluxograma e a regulamentação da lei e as atividades  
883 educativas presenciais, essa vai ser feita na SEDUC não precisa levar em conta, mas  
884 esses dois outros trabalhos, eles são pontuais, eles não terão sequência, então eu  
885 gostaria de criar um grupo de trabalho porque aí eu não precisaria montar uma resolução  
886 pra esse grupo trabalhar, a gente pode definir um calendário hoje pra esse grupo  
887 começar a trabalhar com a Assessoria da Secretaria Executiva e a gente já elabora o  
888 processo, coloca todos os relatórios e já sai com o documento pronto no final, aí eu faria  
889 as convocações para os conselheiros que estão dentro desses órgãos, o que vocês  
890 acham? **Fabricia** (SEDUC) eu vou falar por outros órgãos, eu acho que você também já  
891 viu isso, apesar da regulamentação do decreto e desses documentos costumarem a sair,  
892 costumam entrar outros, então a gente poderia criar uma câmara de políticas, legislação,  
893 regulamentações, que aí daria um decreto novas minutas, porque se essas que a gente  
894 propuser não gerar efeitos, talvez essa câmara técnica pode discutir uma outra medida  
895 regulamentar, um outro procedimento, essas câmaras técnicas de políticas públicas e  
896 regulamentações ou de todas essas demandas adicionais que entrarem de documentos  
897 entram são essa câmara fixa. **Ana Lúcia** (ADAPEC) eu tenho bastante afinidade com  
898 legislação porque na ADAPEC a gente trabalha muito com legislação, então se criando  
899 uma câmara as pessoas que tem afinidade talvez ande mais rápido e talvez consiga  
900 abordar algo mais amplo. **Jamila** (SEMARH) eu entendo, só quero que vocês  
901 compreendam o seguinte, pra eu instalar uma câmara temática a plenária vai ter que ser  
902 provocada por um documento formal para que vocês possam aprovar, nós vamos ter  
903 que emitir uma resolução, depois da resolução emitida vamos oficiar os órgãos para  
904 indicar os conselheiros, então assim, dificilmente o primeiro produto vai ser entregue  
905 agora em agosto como a gente gostaria porque não dá tempo, por isso eu propus de  
906 fazer essa parte inicial em grupo de trabalho e depois se a gente verificar na primeira  
907 reunião depois que esse trabalho estiver pronto a gente já vem com a proposta de saída  
908 desse grupo de que exista câmara temática porque aí a gente formaliza, eu só estou  
909 tentando agilizar pra que vocês possam entregar os produtos. **Ana Lúcia** (ADAPEC) eu  
910 concordo, agiliza mesmo eu entendo. **Jamila** (SEMARH) porque aí no fim do trabalho do  
911 fluxograma o grupo que está trabalhando pode propor além do fluxograma, a solicitação  
912 de criação da câmara temática em função dos assuntos que vocês levantarem que serão  
913 necessários a ser tratados, aí temos uma justificativa pra cria-la, temos que colocar  
914 objeto e finalidade. Com base nisso a gente tem que fechar agora a construção da Nota  
915 Técnica, pelo que eu entendi ela tem que ser feita antes do fluxograma. **Fabricia**

916 (SEDUC) sim, ela independe, ela é mais para as universidades, as extensão,  
 917 envolvimento, engajamento, nos campos de estudo e de parceria do que o fluxograma,  
 918 porque as universidades na verdade eles não entram naquele fluxograma nesse  
 919 momento porque eles vão estar sendo agregados não por responsabilidade legal mas  
 920 com interesse em responsabilidade social. **Jamila** (SEMARH) então podemos colocá-lo  
 921 pra próxima reunião que vai ser em agosto? Aí a gente monta um calendário e coloca  
 922 essas atividades que serão feitas no grupo com algumas sugestões de datas pra  
 923 começar o trabalho. **Fabília** (SEDUC) eu acho que podemos fazer o documento e se  
 924 o grupo achar que faltou alguma coisa, na própria reunião antes da aprovação a gente  
 925 debate com todos os órgãos e finaliza. **Jamila** (SEMARH) a hora que sair a convocação  
 926 da reunião o documento vai estar disponibilizado todos eles analisam e na reunião já  
 927 trazem as sugestões para aprovação. Então o CRMV, a OAB e a SEDUC da segunda  
 928 quinzena de julho que data vocês querem? Pode ser dia 21 as 8 horas, ai terminando  
 929 esse trabalho na sequência a gente começa as outras porque eles estão em várias, eu  
 930 não sei se vocês podem disponibilizar mais de um dia pra fazer uma reunião pra tratar  
 931 da nota técnica e por exemplo dia 23 faz uma reunião pra começar o fluxograma, só  
 932 estou tentando marcar as datas iniciais, porque ai poderia marcar uma na terça e uma  
 933 na quinta, cada uma com um assunto. **Ana Lúcia** (ADAPEC) por mim tudo bem. **Renata**  
 934 (OAB) por mim tudo bem também. **Iza** (SES) ok. **Angélica Beatriz** (CRBIO-4) como fica  
 935 essa questão do encaminhamento para os convidados nas próximas reuniões? **Jamila**  
 936 (SEMARH) nós publicamos todas as informações na página da Secretaria com 1 semana  
 937 antes das datas definidas e não havendo mais alguma colocação a ser feita, se deu por  
 938 encerrada a reunião. Assinam a Ata os membros presentes na sua aprovação realizada  
 939 na 8ª RO do Comitê Pró-Animais em plataforma virtual no dia 19 de agosto de 2020,  
 940 conforme lista de votação do CHAT registrada nas páginas de .. a .., anexadas a esta. .  
 941 **PENDÊNCIAS DA REUNIÃO:** **Fabília** (SEDUC) sugeriu palestras em forma de *lives*.  
 942 **Ana Lúcia** (ADAPEC) sugeriu instituir o Selo da Empresa Amiga dos Animais. **Fabília**  
 943 (SEDUC) sugere publicar o manual de apoio a arrecadação de recursos, verificar o  
 944 andamento das emendas parlamentares, consultar os órgãos que tem intenção de  
 945 participar do projeto e fazer um estudo de viabilidade Selo da Empresa Amiga dos  
 946 Animais.

947  
 948

\_\_\_\_\_  
**Renato Jayme da Silva**  
 Presidente

\_\_\_\_\_  
**Cinthia**  
 Secretária Executiva

Instituição	Nome	Assinatura
Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - <b>SEMARH</b>	<b>Renato Jayme da Silva</b>	
	Cinthia Barbosa Pires Azevedo	
Instituto Natureza do Tocantins - <b>NATURATINS</b>	<b>Angélica de Paiva Vendramini Furtado</b>	
	Grasiela Alves Pacheco	
Polícia Militar do Estado do Tocantins - <b>PM/TO</b>	<b>Glauciene Gonçalves da Silva Ferreira</b>	
	Dorival Barbosa da Silva	

Comissão da Defesa dos Animais da Ordem dos Advogados do Brasil – <b>OAB</b>	<b>Ademir Teodoro de Oliveira</b>	
	Renata Elisa de Souza Esteves	
Secretaria de Educação, Juventude e Esportes - <b>SEDUC</b>	<b>Fabírcia Neli Johann Martins</b>	
	Lucinara Montelo Maranhão Monteiro	
Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins - <b>AL</b>	<b>Ricardo Ayres de Carvalho</b>	
	José Roberto Ribeiro Forzani	
Secretaria de Estado da Segurança Pública - <b>SSP</b>	<b>Camille Fane Oliveira Lima Bilharinho</b>	
	Alencar Cardoso	
Secretaria da Saúde – <b>SES</b>	<b>Iza Alencar Sampaio de Oliveira</b>	
	Carina Graser Azevedo	
Secretaria da Agricultura, Pecuária e Aquicultura – <b>SEAGRO</b>	<b>Erika Jardim da Fonseca Santos</b>	
	Thyago Checkerdemian Sanchik Túlio	
Entidades da Sociedade Civil e Associações – <b>ONG's</b>	<b>Solany Maria Souza Moreira</b>	
	Luciely de Oliveira Silva	
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - <b>IBAMA</b>	<b>Gudmar Regino Dias Magalhães</b>	
	Wilson Rufino dias Junior	

SGD: 2020/39009/003085